

Declaração da Nossa Europa sobre a invasão da Ucrânia pela Federação Russa

*Casa de Santa Maria, Cascais
11 de Março de 2022*

Considerando:

- A. Que a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, iniciada na madrugada de 24 de Fevereiro de 2022, quinta-feira, há precisamente duas semanas, configura o **maior conflito militar em solo europeu** desde a II Guerra Mundial e representa um potencial de morte e destruição sem precedentes nas últimas sete décadas;
- B. Que a invasão russa configura uma **declaração de guerra**, ainda que não declarada, mas efetiva, a um Estado parceiro da União Europeia que, desde os acontecimentos de 2014 na Praça Maidan, vinha caminhando na direção de uma maior proximidade à União e que tem intenção declarada – entretanto oficializada – de adesão à UE.
- C. Que esta agressão russa se segue à anexação ilegal da Crimeia, em 2014; e que outros países na vizinhança conhecem conflitos sérios com a Federação Russa por força da ocupação ou do apoio a movimentos separatistas, nomeadamente na Ossétia do Sul e Abecásia (na Geórgia), na Transnístria (Moldávia) ou no Nagorno-Karabakh (Azerbaijão e Arménia); e que estes atos configuram uma **estratégia expansionista do regime de Vladimir Putin**.
- D. Que a invasão da Ucrânia, ao longo destas semanas, tem revelado uma forma de **guerra híbrida**, que associa os movimentos militares a ataques cibernéticos e a manobras de desinformação; e que esta natureza do conflito determina uma resposta integrada em várias dimensões;
- E. Que a invasão da Ucrânia está a criar uma **nova crise migratória**, com o êxodo de milhões de ucranianos que, de forma natural e justificada, procuram refúgio fora do seu país, de onde são obrigados a fugir; e que a União Europeia deve respeitar os seus compromissos com o Direito Internacional Humanitário nesta matéria;
- F. Que a agressão russa tem **implicações sérias no cenário económico mundial** e, particularmente, no caminho de recuperação económica da Europa, uma vez que vários Estados-Membros já assumiram um compromisso com um aumento significativo do investimento em Defesa e na transição energética; e que a expectável **crise energética**, resultante de possíveis disrupções no abastecimento, será seguramente uma forma de pressão do regime de Putin contra a União Europeia, a NATO e a comunidade internacional, em resposta às sanções que têm vindo a ser impostas;
- G. Que as negociações entre a Ucrânia e a Federação Russa têm sido inconsequentes por insistente má-fé da Federação Russa, com constantes **violações graves de acordos de cessar-fogo**; e que as informações que são

- veiculadas revelam potenciais violações do Direito de Guerra, concretamente das Convenções de Genebra;
- H. Que uma das principais motivações da Federação Russa para enveredar pela guerra é o esgotamento das manobras diplomáticas e mediáticas, bem como do empreendimento de ataques híbridos, com o objetivo de evitar uma adesão efetiva da Ucrânia à Organização do Tratado do Atlântico Norte (**OTAN/NATO**) e à **União Europeia**;
 - I. Que a União Europeia e os seus Estados-Membros têm uma particular responsabilidade na condenação e na procura de soluções para este conflito, uma vez que esta invasão pretende **inverter o impulso europeísta**, escolhido democraticamente, do povo ucraniano;
 - J. Que a agressão da Federação Russa é **condenada pela comunidade internacional**, de forma clara e inequívoca, nomeadamente na resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, que foi aprovada com uma esmagadora maioria que bem revelou onde se situam os países democráticos que estão do lado da Liberdade e da Democracia e as autocracias que se refugiam em alianças de circunstância com a ditadura de Vladimir Putin;
 - K. Que a gravidade e a seriedade das circunstâncias que vivemos, por força desta agressão e das suas consequências humanitárias, políticas, militares e económicas determina que cidadãos e organizações da sociedade civil tenham um particular **dever cívico** de manifestar, livremente, a sua posição;
 - L. Que a **Nossa Europa**, como plataforma de cidadania, não se demite desse dever cívico; e que, como organização fundada nos valores que presidem à ordem constitucional portuguesa e ao quadro jurídico-político da União Europeia, entende assumir posição publicamente, em defesa desses mesmos valores; e
 - M. Que esta Declaração pretende somar-se a inúmeras posições, manifestações e iniciativas que, independentemente da sua natureza e impacto, representam um **sentimento generalizado entre os cidadãos portugueses**.

Entende a **Nossa Europa**, plataforma de cidadania fundada em 2020, em Portugal, com o objetivo principal de promover uma cidadania – nacional e europeia – mais ativa entre os cidadãos portugueses, ser o momento oportuno para assumir uma posição pública sobre esta matéria, o que faz nos seguintes termos:

1. **Condenamos a invasão**, de forma clara e perentória, qualificando-a como **injustificada**, por ser baseada, pela Federação Russa, em mentiras sobre a natureza do regime de Kiev.
2. **Qualificamos esta invasão como imoral** e sublinhamos as flagrantes violações do Direito de Guerra, do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos, tal como consagrados nos vários instrumentos internacionais a que estamos vinculados.

3. Reiteramos a **natureza ilegal desta guerra**, que é ilegal sobre qualquer ponto de vista do Direito Internacional.
4. Manifestamos **total solidariedade com o povo ucraniano**, vítima inocente desta invasão, reiterando a obrigação legal, moral e humanitária da União Europeia e dos seus Estados-Membros com o acolhimento de refugiados.
5. Apelamos às autoridades russas e ucranianas para que se comprometam com **negociações efetivas para a Paz**; rejeitamos qualquer solução que viole a integridade territorial da Ucrânia e que limite os poderes soberanos do país, nomeadamente em matéria de celebração de acordos políticos ou alianças militares.
6. Manifestamos, igualmente, total **solidariedade com o povo russo**, que não apoia nem é responsável pelos atos de guerra perpetrados pelo Presidente Putin, reiterando a obrigação legal, moral e humanitária da União Europeia e dos seus Estados-Membros de acolhimento de todos aqueles que procurem asilo no nosso território.
7. Associamo-nos a todas as declarações e posições de organizações internacionais e organizações não-governamentais que condenam esta invasão; **subscrevemos o conteúdo da Resolução do Parlamento Europeu** sobre a agressão russa contra a Ucrânia (aprovada pela esmagadora maioria dos membros do Parlamento, revelando que a união entre os 27 governos nacionais tem correspondência no sentimento dos cidadãos europeus, representados no hemiciclo, pelos Deputados europeus).
8. Apelamos a todos os atores internacionais, governos nacionais e instituições europeias, que mantenham o compromisso com **sanções económicas severas**, progressivamente mais graves, enquanto a Federação Russa não se retirar do território ucraniano.
9. Manifestamos a nossa profunda **preocupação com a ameaça nuclear** empreendida por Vladimir Putin, assinalando que a narrativa de dissuasão por via nuclear representa uma ameaça sem precedentes à segurança, estabilidade e ordem internacionais.
10. **Felicitemos as instituições europeias** pela rapidez na tomada de decisões e pela coesão interna que, neste momento difícil, tem manifestado, não permitindo a nenhuma força externa jogar com supostas divisões internas.
11. Recordamos a forte **dependência energética** da Europa e dos Estados-Membros da União Europeia, em particular, face à Rússia; e apelamos a que as instituições europeias e os governos nacionais encontrem soluções para a mitigação dos efeitos imediatos da disrupção do abastecimento e trabalhem para a construção de alternativas ao gás e petróleo russos que, a prazo, reduzam significativamente, esta dependência;
12. **Reconhecemos o ímpeto europeísta do povo ucraniano** que levou à deposição do regime-fantoches que governava a Ucrânia em 2014 e que exigiu ao Governo ucraniano, nos últimos anos, uma aproximação efetiva à União Europeia; e que,

nestas circunstâncias, levou ao pedido de adesão que a União deve avaliar, de forma ponderada e leal.

13. Apelamos às instituições europeias para que iniciem um debate estruturado profundo sobre a **integração europeia em matéria de Defesa e Segurança**, face a uma nova ordem internacional criada por este conflito.
14. Instamos as instituições europeias a adaptarem as **regras de governação económica** a esta nova realidade e a encontrar, urgentemente, formas de equilibrar o impacto das medidas de resposta necessárias, com o cumprimento dos objetivos de **transição verde e digital**.

A Direção da Nossa Europa

-

Esta Declaração é enviada, no momento da sua publicação, ao Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa; ao Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues; ao Primeiro-Ministro, António Costa; à Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola; ao Presidente em exercício do Conselho da União Europeia, Emmanuel Macron; ao Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel; e à Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen.